

Educação menstrual na prática: vazando experiências em campo

Janaina de Araujo Moraes

Pesquisadora de pós-doutorado/LABJOR, Universidade de Campinas

<https://orcid.org/0009-0009-8846-2704>

janainajanis@gmail.com

Clarissa Reche Nunes da Costa

Doutora em Ciências Sociais, Jornalista Científica/LABJOR, Universidade de Campinas

<https://orcid.org/0000-0002-5778-1122>

clari.reche@gmail.com

Naedja Cristiane Vieira Costa

Doutoranda em Ciências Sociais/Universidade de Campinas

<https://orcid.org/0000-0003-3409-2786>

naedjavieira1@gmail.com

É com grande alegria e esperança que apresentamos o dossiê temático “Educação menstrual na prática: vazando experiências em campo”. Enunciamos aqui dez trabalhos, entre artigos e relatos de campo, que trazem dados e análises sobre experiências de realização de aulas, palestras, oficinas que envolvem o tema educação menstrual. Este dossiê é fruto da articulação de uma rede autônoma de pesquisadoras que vem se formando nos últimos anos, principalmente a partir da criação da coletiva Vazantes¹, em 2020, e da realização, a partir de 2021, de grupos de trabalhos em congressos da área de antropologia dedicados exclusivamente para a apresentação de trabalhos sobre menstruação². Frente

1 Coletiva autônoma de pesquisadoras que trabalham o tema da menstruação.

2 No artigo de Eloyza Tolentino Soares apresentado neste dossiê a autora faz uma rememoração destes espaços, incluindo o seminário temático chamado “Sangue, Técnica e Multiplicidade: vazantes de menstruações diversas”, organizado por Daniela Manica, da Universidade Estadual de Campinas, e por Luísa Elvira Belaunde, da Universidade Nacional Maior de São Marcos (Lima, Peru), ocorrido durante a

às tantas adversidades que tornam a menstruação um tema de pesquisa cuja valorização como agenda é tão recente, os trabalhos reunidos aqui formam um robusto corpo de conhecimento que compõe o enraizamento e florescimento de pesquisas que têm nos seus corações a prática e a educação como caminho para a transformação social e para a construção de vidas dignas.

De forma resumida, os trabalhos aqui apresentados abordam: as metodologias de pesquisa utilizadas em ações realizadas em escolas e projetos comunitários, com foco no trabalho junto com crianças, jovens e formação docente (Costa et al.; Prado; Soares; Willig et al.; Moraes; Ferreira et al.; dos Santos; Costa); as articulações entre educação menstrual e políticas públicas, direitos sexuais e reprodutivos, acesso a insumos menstruais (Saggioro; Soares; Willig et al.; Moraes; Ferreira et al.; Pelúcio; dos Santos); as multiplicidades de menstruações e suas demandas específicas junto a territórios periféricos, adolescentes, pessoas com deficiência, populações dissidentes de gênero, pessoas trans, intersexo, com deficiência, e homens cis em papel pedagógico (Saggioro; Costa et al.; Ferreira et al.; Costa); abordagens artísticas e criativas na educação menstrual, como o uso de arte, performance, fanzines, costura, circo, bambolê, colagem (Saggioro; Prado; dos Santos; Costa et al.); experiências formativas internacionais, com análise de experiências realizadas em países como México, Colômbia e França (Willig et al.; Pelúcio; Prado); educação menstrual e mídias digitais (Soares); relações entre menstruação, educação, território e ecologia (Prado; Ferreira et al.; Soares).

Este dossiê adensa e amplia o espaço ocupado por pesquisas envolvendo o tema menstruação nos estudos antropológicos e áreas correlatas. No Brasil, o tema da menstruação como pesquisa dentro das Ciências Humanas vem ganhando tração nos últimos anos, com pesquisas na área de antropologia se destacando (Costa et al., 2024). Ainda que ao longo dos anos esse tema tenha aparecido em vários estudos etnográficos, muitos destes trabalhos apontaram o sangue menstrual como perigoso ou ofensivo pelo olhar das comunidades pesquisadas (Sardenberg, 1994). Investigações elaboradas a partir de uma perspectiva feminista têm alertado sobre o viés androcêntrico das análises ditas tradicionais, realizando novas leituras da literatura disponível e trazendo outras compreensões possíveis sobre o tema. Seguindo esta trilha, o dossiê apresenta perspectivas pedagógicas decoloniais e feministas latino-americanas, tencionando e questionando a

Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (ReACT) em 2021 e o grupo de trabalho “Antropologia da menstruação — feminismos, corporalidades e tecnologias”, sob coordenação de Anna Paula Vencato da Universidade Federal de Minas Gerais, e Larissa Pelúcio, da Universidade Estadual Paulista, ocorrido durante a Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2023. Neste ano de 2025 foi realizada a segunda edição deste mesmo grupo de trabalho, agora coordenado por Larissa Pelúcio e Clarissa Reche Nunes da Costa, da Universidade Estadual de Campinas.

naturalização da menstruação apenas como questão biológica, que deve ser abordada dentro da educação apenas em poucas aulas de ciências, quando muito.

Em se tratando da educação menstrual, especificamente, temos visto este assunto ganhar amplitude desde o lançamento do relatório sobre a “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violação de direitos” (UNFPA/UNICEF, 2021). Este relatório apresenta um cenário alarmante sobre a realidade das meninas e mulheres brasileiras que, em situação de pobreza e vulnerabilidade social, são privadas de serviços de saneamento básico, recursos para higiene pessoal e íntima e também a conhecimentos de qualidade sobre o próprio corpo e o ciclo menstrual. Contudo, ainda que tenhamos visto a menstruação ganhar tamanha dimensão e a educação menstrual ser apontada como um ponto fulcral para alcançarmos a dignidade menstrual, este assunto tem ficado invisibilizado nos projetos e políticas públicas apresentados, bem como nos estudos científicos realizados.

De 2018 a 2021, cerca de 54 proposições legislativas circularam no congresso nacional apresentando projetos de lei e PECs que envolvem o tema da dignidade menstrual, o que evidencia o apelo público do assunto³. Em 2022 foi sancionada a Lei Federal 14.214 que garante a distribuição gratuita de absorventes a estudantes de baixa renda da rede pública, a mulheres em situação de vulnerabilidade social extrema e a detentas. Todavia, tal Lei só foi reconhecida por meio da pressão pública, visto que inicialmente havia sido vetada pelo então presidente da república Jair Bolsonaro. Entretanto, grande parte dos projetos de iniciativa pública se limitam, tão somente, à distribuição gratuita de absorventes, não dando conta de outros pontos fundamentais ao se pensar em pobreza menstrual, como, por exemplo, a educação e a instrução de meninas, mulheres e menstruantes no que concerne o ciclo menstrual e a sexualidade (dos Santos & Manica, 2023).

No que se refere aos estudos desenvolvidos sobre o tema educação menstrual, em breve pesquisa realizada por nós nas plataformas Google Acadêmico e Scielo encontramos 19 trabalhos na primeira plataforma, sendo quatro artigos publicados em anais de congresso, seis trabalhos de conclusão de curso, dois materiais didáticos e somente sete artigos publicados em revistas científicas. Já na segunda plataforma, encontramos apenas dois artigos publicados em periódicos científicos. Assim, foi possível mapear um total de nove artigos científicos, sendo que a maioria traz uma perspectiva teórica, sem descrever metodologicamente a prática de educação menstrual.

Diante deste cenário surgiu a proposta deste dossiê, na tentativa de suprir a lacuna de artigos que apresentem dados sobre experiências de educação menstrual na prática, seja como parte da educação formal ou informal. Nosso objetivo com o dossiê é instigar o

3 Informações veiculadas no Fórum pela Dignidade Menstrual realizado pelo UNFPA, em 2022.

debate sobre educação menstrual a partir de experiências práticas, abrindo caminhos para aprofundar pesquisas em andamento e gerar novas pesquisas críticas sobre menstruação e o papel da educação neste processo, partindo de perspectivas antropológicas baseadas em epistemologias feministas, anticapitalistas, decoloniais, antirracistas e transinclusivas.

Abrimos o dossiê com o texto de Za Chacon Saggioro, que emerge das vivências e demandas de homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias, travestis, intersexo e com deficiência, propondo a noção de “menstruação transreferenciada” como ferramenta para deslocar a estrutura social cisheteronormativa e capacitista que regula e invisibiliza certas corporeidades. Também no campo das multiplicidades e dos silenciamentos, Clarissa Reche Nunes da Costa, Daniela Tonelli Manica e Naedja Cristiane Vieira Costa narram uma experiência de extensão universitária com adolescentes que combina métodos da antropologia visual e da educação, enfrentando a tensão entre evitar a biologização da menstruação e responder à demanda das jovens por informações sobre seus corpos e ciclos.

No diálogo entre práticas pedagógicas e arte, Isabel Cristina de Almeida Prado reflete sobre oficinas realizadas no Brasil e na França, que combinam saúde menstrual, fanzines e costura de absorventes, revelando como abordagens manuais, lúdicas e coletivas podem provocar conversas sobre corpo, gênero, raça, classe, sexualidade e ecologia. A arte também ocupa lugar central no trabalho de Camila Matzenauer dos Santos, que apresenta o “Circo de Umbigo”, um projeto que une bambolê, apresentações circenses e oficinas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no interior do Rio Grande do Sul, transformando a educação menstrual em experiência estética e comunitária.

O mapeamento e a análise das formas emergentes de educação menstrual no Brasil são o foco de Eloyza Tolentino Soares, que investiga documentos e iniciativas digitais, evidenciando tanto sua incipiência quanto a urgência de políticas públicas que contemplem a diversidade das pessoas que menstruam. Já Caroline Luiza Willig, Saraí Patrícia Schmidt e Ruth Belinda Bustos Córdova abordam os processos de formação docente no Brasil e no México, com ênfase na desconstrução de estigmas universalizantes e colonialistas e na incorporação de perspectivas críticas sobre gênero e cultura.

As práticas escolares e comunitárias aparecem também no trabalho de Janaina de Araujo Moraes, que reflete sobre oficinas realizadas em escolas e instituições públicas no interior de Minas Gerais, discutindo tanto a criação de espaços de fala e escuta sobre menstruação quanto os desafios metodológicos de inserir o tema em contextos educativos formais. Em chave (auto)etnográfica, Larissa Pelúcio relata sua participação em um curso colombiano de educação menstrual emancipadora, conectando a experiência a pedagogias feministas latino-americanas e discutindo seus limites e potencialidades.

No campo das articulações entre menstruação, território e políticas públicas, Letícia Santos Ferreira, Bruna Mendes de Vasconcellos e Amanda Abreu analisam o projeto Fluxo Sustentável, desenvolvido em regiões periféricas de Santo André, enfatizando a importância de adaptar ações educativas e de distribuição de insumos às condições socioeconômicas locais. Por fim, a presença de homens cis na educação menstrual é problematizada por Naedja Cristiane Vieira Costa, que investiga sua participação em pesquisas realizadas em escolas públicas e discute como esse envolvimento pode contribuir para ressignificar paradigmas da masculinidade hegemônica.

Em conjunto, esses trabalhos ampliam os repertórios da educação menstrual e convidam à escuta das múltiplas vozes, corpos e territórios que a constituem. Ao trazer experiências que vão das escolas públicas brasileiras a formações internacionais, de práticas artísticas a pesquisas em ambientes digitais, de territórios periféricos a contextos rurais, o dossiê reafirma a menstruação como campo fértil de experimentação pedagógica, ativismo, transformação social e luta por vidas dignas.

Referências

Costa, Clarissa Reche Nunes da; Costa, Naedja C. V. & Manica, Daniela Tonelli (2024). Menstruation as a research topic in the humanities in Brazil: a state of the art. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, 7(1), 2024.

Dos Santos, Michelle Perez & Manica, Daniela Tonelli (2023). Pobreza menstrual no Brasil: levantamento das leis aprovadas e em tramitação. In *V PAPE-G e II SISAE*. Campinas: Unicamp.

Sardenberg, Cecilia Maria Bacellar (1994). De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Revista Estudos Feministas*, (2).

UNFPA & UNICEF (2021). *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos*. Brasília: UNFPA/UNICEF.